

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

### Administração financeira de risco

A Companhia e suas controladas possuem exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

#### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos.

#### Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

#### Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

#### Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. A Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**5.2.** Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. Riscos para os quais se busca proteção
- b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
- e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
- g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Para a exposição ao câmbio, a Companhia possui Política de Proteção Cambial, escrita pelo Comitê de Planejamento e Finanças e avalizada pela controladora Randon S.A. Implementos e Participações. O objetivo da política é uniformizar os procedimentos entre a Companhia, suas controladas e coligadas, e definir responsabilidades e limites nas operações que envolvam proteção cambial, reduzindo os efeitos cambiais sobre o fluxo de divisas em moeda estrangeira projetado pelo fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico, ou na expectativa atualizada de cada empresa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados pelo mesmo comitê. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento) das empresas.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**5.3.** Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não se aplica.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não se aplica.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10. Comentários dos diretores

#### 10.1. Os diretores devem comentar sobre<sup>12 13</sup>:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2009

Após um período de retração nos negócios e de incertezas em relação ao futuro, durante o primeiro trimestre de 2009, onde os efeitos da crise econômica mundial refletiram-se fortemente no desempenho operacional e nos resultados econômicos e financeiros da Companhia, a Fras-le, através de ações ágeis e eficientes, conseguiu estimular o seu desempenho e apresentar crescimentos constantes em todos os trimestres, o que permitiu a Companhia encerrar o exercício de 2009 com números de receitas similares ao ano anterior e destacar-se no lucro obtido, o qual foi consideravelmente superior ao exercício de 2008.

Entre as ações que a Fras-le realizou para contornar as conseqüências da crise, destacam-se algumas campanhas comerciais de vendas, ajustes na estrutura de mão-de-obra indireta e outros custos fixos da Companhia, melhorias nos processos de produção e utilização de matéria-prima, além de intensas campanhas para redução de despesas operacionais.

Além dos programas existentes na Companhia para melhorar a sua competitividade, os quais estão alinhados ao Modelo de Excelência de Gestão do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade), também foi implementado um projeto que consiste na formação de grupos de trabalho, que assumiram a responsabilidade de identificar oportunidades e implementar ações necessárias para reduzir ou eliminar custos. Estes grupos realizam de forma permanente os trabalhos necessários para atingir os resultados propostos com o projeto.

Na metade de 2009 foi implementado pela Fras-le outro projeto, o qual deu início a comercialização de pastilhas de freio no mercado de reposição norte-americano, onde o potencial de crescimento para essa linha de produtos é promissor. Essa iniciativa contempla uma das estratégias da Companhia para atingir seus objetivos traçados no planejamento estratégico.

O exercício de 2009 foi extremamente desafiador, pois além das dificuldades naturais, a crise iniciada no último trimestre de 2008 ganhou força no início de 2009 e causou efeitos consideráveis nos resultados das empresas de todo o mundo, principalmente nos países norte-americanos e europeus. A Fras-le, apesar da recuperação apresentada nos resultados durante o segundo semestre de 2009, também teve seu desempenho afetado no início do ano.

Um dos efeitos mais nocivos para os resultados da Companhia foi a queda nas vendas, pois no mercado nacional houve desaceleração de novos pedidos e revisões nas programações dos produtos destinados às montadoras. Outro fato importante ocorrido foi a estratégia adotada pelos distribuidores de materiais de fricção do mercado de reposição que, na tentativa de minimizar os reflexos da crise, priorizaram reduzir os seus estoques para gerar recursos em caixa, o que refletiu em menores volumes de vendas para este mercado.

No mercado externo, onde os efeitos da crise foram mais severos, a Fras-le também teve suas vendas afetadas em 2009, registrando queda nas exportações, tanto na contagem em dólar como também em volumes, fato que rompeu a sequência de crescimento nas exportações da Companhia nos últimos anos.

Outro fator que comprometeu o desempenho da Fras-le no exercício de 2009 foi a consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os ajustes realizados na estrutura de mão-de-obra indireta resultaram em custos com indenizações trabalhistas e com a redução nos volumes de vendas foi preciso desacelerar o processo produtivo, fato que resultou em queda nos volumes de produção e, consequentemente, percentual elevado de capacidade ociosa durante o primeiro trimestre de 2009, sem redução dos custos fixos.

No segundo semestre de 2009 foi realizado pela Fras-le, através de seus assessores jurídicos, uma revisão nos processos judiciais em que a Companhia participa, onde foram constituídas novas provisões para perdas tributárias, as quais também impactaram no resultado operacional.

Também ocorreu durante o segundo semestre o encerramento do parcelamento especial para impostos federais e previdenciários (PAES), que estava contratado desde 2003 com prazo de 120 meses. A Fras-le optou pela desistência deste parcelamento, nos termos da Lei 11.941/2009, efetuando a liquidação total do saldo remanescente e obtendo redução do débito.

Apesar de todos estes efeitos, a Fras-le conseguiu reverter o cenário adverso e melhorar significativamente o seu desempenho durante o segundo semestre de 2009, conseguindo ainda obter consideráveis melhorias nos seus processos produtivos, tais como redução dos materiais refugados, aumento de produtividade, além de redução de outras despesas operacionais.

Os principais indicadores da Companhia apresentaram o seguinte desempenho no ano de 2009:

- **Receita bruta total, antes da consolidação:** R\$ 595,3 milhões, evolução de 0,5% em relação a 2008.
- **Receita líquida consolidada:** R\$ 428,1 milhões, queda de 1,0% em relação a 2008.
- **Exportações (FOB):** US\$ 81,0 milhões, declínio de 5,0% sobre o ano de 2008.
- **EBITDA consolidado:** R\$ 53,3 milhões, retração de 21,1% em relação a 2008.
- **Lucro líquido consolidado:** R\$ 43,9 milhões, crescimento de 72,2% sobre 2008.

### 2010

Em função da mudança da prática contábil brasileira para a plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, a Fras-le elaborou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por este motivo as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquele período (BRGAAP), estão sendo apresentadas para fins de comparação com os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais (IFRS).

Devido aos resultados do ano de 2009 estarem afetados pelos efeitos da crise que atingiu a economia mundial neste período, as análises do exercício de 2010, aqui apresentadas, foram elaboradas comparando a evolução dos números de 2010 com os números dos anos de 2009 e também de 2008, proporcionando dessa forma uma comparação mais próxima da evolução histórica.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Durante o exercício de 2010, a Fras-le atingiu níveis expressivos de crescimento, tanto em volumes de vendas como também em faturamento. Este desempenho se deve, principalmente, pela intensificação do processo de internacionalização dos negócios da Companhia, onde o crescimento nos volumes de exportações e volumes vendidos pelas unidades do exterior foram superiores a evolução apresentada nos volumes do mercado interno. Internamente foram somados esforços para controlar os gastos e reduzir custos operacionais, que combinado com os volumes maiores, proporcionou à Companhia crescer em todos os indicadores de desempenho, comparado com os anos de 2009 e 2008.

No mercado nacional as vendas para montadoras mostraram recuperação durante o ano de 2010, aumentando a sua representatividade sobre o total das receitas da Companhia, fato que comprova a plena recuperação deste mercado após a crise econômica e financeira de 2009. As vendas para o segmento de reposição também se mantiveram aquecidas ao longo de 2010.

No mercado externo as exportações apresentaram evolução expressiva em 2010, atingindo recorde tanto em volumes como também no faturamento em dólar, comparado aos exercícios de 2009 e 2008. Melhor ainda foi o desempenho total no mercado externo, considerando exportações mais os números obtidos pelas unidades controladas no exterior. Mesmo com a retração nas taxas do dólar, a receita líquida em reais originária do mercado externo, também apresentou níveis de crescimento significativos. É oportuno destacar que as vendas para os países do Nafta, que tradicionalmente são o destino da maior fatia das exportações da Companhia, tiveram o melhor desempenho da história no exercício de 2010, principalmente pela crescente demanda por lonas de freios para veículos comerciais (blocos) nestes países.

Operando na China desde julho de 2009, a Fras-le Ásia após um ano de atividades passou pela primeira expansão durante o ano de 2010, com acréscimo de área, máquinas e funcionários. Além da ampliação da capacidade produtiva também foi agregado uma área adicional de 4.400 m<sup>2</sup> para abrigar almoxarifados, expedição de produtos e laboratório de controle de qualidade, além da área administrativa.

Durante o ano de 2010 a unidade da Ásia também conquistou a certificação ISO 9001, abrindo espaço para a unidade certificar as suas pastilhas produzidas dentro dos padrões da exigente norma Européia ECE-R90, um requisito essencial para negociar com a comunidade européia, que significa estar credenciado como fornecedor de primeira linha naquele mercado. Além disso, a unidade da China também iniciou a produção e comercialização de pastilhas de freio para veículos comerciais.

A unidade da Fras-le na Argentina e a Suspensys implementaram em 2010 o projeto FASYS, o qual consiste em uma parceria entre as duas empresas para montar e distribuir eixos no mercado argentino. Os eixos, montados na unidade da Fras-le, além de ser um produto novo e atender todos os requisitos de qualidade daquele mercado, também são muito competitivos, sendo que as estratégias de distribuição estão alinhadas com a realidade econômica da Argentina.

No ano de 2010 também ocorreu, pela terceira vez consecutiva, a certificação da Fras-le no Brasil na norma ISO/TS 16949, já na versão 2009 e de acordo com as novas regras escritas pelo IATF-Força Tarefa Automotiva Internacional. Foram certificados os processos de desenvolvimento e manufatura de lonas de freio, lonas moldadas, pastilhas para freio a disco e sapatas para freio.

A Fras-le também foi certificada em 2010 na norma OHSAS 18001 - Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, norma que busca a adequação das condições do trabalho, no que tange à segurança, saúde dos funcionários, prestadores de serviços e visitantes.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Empresas Randon, entre elas a Fras-le, escolheram um novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP) para otimizar a eficiência operacional e dessa forma suportar o crescimento esperado para os próximos anos. Com o novo ERP da SAP, a empresa espera obter uma melhor e maior aderência às demandas estratégicas, necessidades de gestão e dos processos de negócio. Ao longo de 2010, uma equipe formada por funcionários de todas as áreas e empresas do grupo, e também, por profissionais da SAP trabalharam no desenvolvimento do projeto, que tem expectativa para ser concluído até o final deste exercício.

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 694,1 milhões ou 16,6% superior à 2009 e 17,1% maior que 2008;
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 509,5 milhões ou 19,0% mais que 2009 e 17,9% maior do que 2008;
- **Receita líquida no mercado nacional**: R\$ 282,3 milhões ou 14,5% superior à 2009 e 11,2% mais que 2008;
- **Receita líquida no mercado externo**: R\$ 227,2 milhões ou 25,1% mais que 2009 e 27,3% maior que 2008;
- **Exportações Fras-le Brasil (FOB)**: US\$ 106,8 milhões ou 31,9% superior à 2009 e 25,2% maior que 2008;
- **Faturamento no mercado externo (Exportações e unidades do exterior)**: US\$ 129,6 milhões ou 40,6% superior à 2009 e 30,5% mais que 2008;
- **EBITDA**: R\$ 77,0 milhões ou 44,5% superior à 2009 e 14,4% maior que 2008;
- **Lucro bruto consolidado**: R\$ 151,1 milhões ou 21,5% maior que 2009 e 16,5% superior à 2008;
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 48,4 milhões ou 20,7% superior à 2009 e 89,8% mais que 2008.

### 2011

Devido a plena aderência às práticas internacionais de contabilidade, a Fras-le elaborou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por este motivo as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, utilizadas neste relatório, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquele período (BRGAAP), estão sendo apresentadas para fins de comparação com os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais (IFRS).

Durante o exercício de 2011, a Fras-le atingiu níveis expressivos de crescimento, tanto em faturamento como também em volumes de vendas, mesmo com taxas do dólar desfavoráveis durante nove meses do ano, fato que compromete a rentabilidade das exportações.

No último trimestre de 2011, a Fras-le continuou com seu plano de expansão, implantando o novo ERP (SAP) em todas as áreas da Companhia. A migração ao novo ERP (SAP) oportunizou a revisão e refinamento dos processos operacionais da companhia, ocasionando, assim, mudanças positivas nas práticas e rotinas da organização e de seus colaboradores. No entanto, a migração exigiu maior esforço à companhia, que direcionou seus recursos para a implantação deste investimento, e lidou durante o quarto trimestre de 2011 por um período de adequação organizacional às novas práticas adotadas.

No mercado nacional as vendas para montadoras apresentaram crescimento, com aumento dos volumes de venda e faturamento. Em virtude da implantação do novo ERP (SAP), a Companhia passou por contratempos operacionais que dificultaram o atendimento à demanda do mercado de reposição.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O mercado externo continuou apresentando evolução ao longo de 2011. Este desempenho se deve, principalmente, pela intensificação do processo de internacionalização dos negócios da Companhia, onde o crescimento nos volumes das exportações e das unidades do exterior foi expressivo. É oportuno destacar que as vendas para os países do Nafta se mantêm como o principal destino das exportações da Companhia, principalmente pela crescente demanda por lonas de freios para veículos comerciais (blocos) nestes países.

Cumprindo os objetivos estratégicos da Companhia de ser reconhecida como um fornecedor global, as unidades do exterior continuam apresentando avanços operacionais e mercadológicos consistentes. Investimentos continuam sendo realizados em aumento de capacidade produtiva e tecnológica na companhia e nas unidades da China e EUA.

- **Receita bruta total**, antes consolidação: R\$ 751,2 milhões ou 8,2% mais que 2010 e 26,2% mais que 2009;
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 545,6 milhões ou 7,1% mais que 2010 e 27,4% maior do que 2009;
- **Receita líquida no mercado nacional**: R\$ 295,7 milhões ou 4,7% superior à 2010 e 19,9% mais que 2009;
- **Receita líquida no mercado externo**: R\$ 249,9 milhões ou 10,0% mais que 2010 e 37,6% maior que 2009;
- **Exportações Fras-le Brasil (FOB)**: US\$ 115,4 milhões ou 8,1% superior à 2010 e 42,5% maior que 2009;
- **Faturamento no mercado externo (Exportações e unidades do exterior)**: US\$ 151,1 milhões ou 16,6% superior à 2010 e 63,9% mais que 2009;
- **EBITDA**: R\$ 65,8 milhões ou 14,5% inferior à 2010 e 23,5% maior que 2009;
- **Lucro bruto consolidado**: R\$ 138,9 milhões ou 8,1% menor que 2010 e 11,7% superior à 2009;
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 44,0 milhões ou 9,0% inferior à 2010 e 9,8% mais que 2009.

### b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

#### i. hipótese de resgate

Estrutura de Capital (em R\$ mil)

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Em 31/12/2011		Em 31/12/2010		Em 31/12/2009	
Capital Próprio	350.218	350.904	324.734	325.057	293.409	293.603
Capital Terceiros	367.070	426.274	336.678	361.485	303.023	323.645

Em relação a possibilidade de resgate de ações e cotas, não se aplica.

#### ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Não se aplica.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Fras-le apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Financiamentos (em R\$ mil)

				Controladora		Consolidado	
				BRGAAP		IFRS	
	Indexador	Juros	Vencimento	2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	7.954	10.204	7.954	10.204
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	57.099	8.820	57.099	8.820
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	800	56.311	800	56.311
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	211	-	211	-
Moeda estrangeira:							
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 18.595 mil	Variação cambial + deságio	2,20% a 2,92% a.a	05/11/12	34.881	26.042	34.881	26.042
Empréstimos bancários US\$ 2.385 mil	Libor	4% a.a	30/08/18	-	-	4.474	5.132
Empréstimos bancários € 2.466 mil	-	29,75% a.a	12/12/11	-	-	5.656	2.097
Empréstimos bancários	PBOC	5,31% a.a + 2% fiança	-	-	-	-	5.347
BNDES US\$ 406 mil	Variação cambial	2,5% a.a.	15/07/13	761	684	761	684
IFC financiamento de US\$ 1.381mil	Variação Cambial + Libor	2,25% a.a	15/10/17	2.590	2.312	2.590	2.312
				104.296	104.373	114.426	116.949
<b>Não circulante</b>							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a.	15/03/15	24.901	23.156	24.901	23.156
BNDES	TJLP	4,2% a 4,5% a.a.	15/07/13	32.756	89.483	32.756	89.483
EXIM	TJLP	9% a.a.	15/06/13	74.292	-	74.292	-
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/02/21	15.411	11.823	15.411	11.823
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários US\$ 25.000 mil	Libor	4% a.a	30/08/18	-	-	46.895	6.664
BNDES US\$ 341 mil	Variação cambial	2,5% a.a.	15/07/13	442	1.066	442	1.066
IFC financiamento de US\$ 6.666 mil	Variação Cambial + Libor	2,25% a.a	15/10/17	12.505	13.329	12.505	13.330
				160.307	138.857	207.202	145.522
<b>Total de empréstimos sujeitos a juros</b>				<b>264.603</b>	<b>243.230</b>	<b>321.628</b>	<b>262.471</b>

Fontes de Liquidez adicional:

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Cronograma de amortização anual da dívida de longo prazo – R\$ milhões						
Período	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Valor	126,4	20,1	13,9	13,2	13,2	20,5

#### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de, R\$ 70.341 em 31 de dezembro de 2011, (R\$54.687 em 31 de dezembro de 2010), e avais/fianças da Fras-le S.A., no valor de R\$29.293 em 31 de dezembro de 2011 (R\$48.722 em 31 de dezembro de 2010).

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2011 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

### g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### Ações em tesouraria

No dia 26 de julho de 2006 e no dia 26 de abril de 2007, o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “p” do Artigo 21 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, bem como da Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, respectivamente, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado pela AGO/E de 13 de abril de 2007. As ações foram adquiridas durante o período de 27 de novembro de 2008 a 04 de fevereiro de 2009, na quantidade de 1.600.000 ações preferenciais, por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,429 por ação, sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,65 e o custo mínimo de R\$ 2,25.

Em 7 de abril de 2010, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, onde foi deliberada e aprovada a bonificação em ações na proporção de 50%. Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria foi acrescida de 800.000 ações preferenciais, totalizando 2.400.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2011.

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3,04.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ProvisõesGeral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, na data base 31 de dezembro de 2011, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo contingente	2011			2010			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2011	2010
a) cível	166	1.715	2.353	1.065	1.582	2.170	-	55
b) tributário	-	12.922	173.739	5.059	13.407	160.175	5.146	5.836
c) trabalhista	1.070	6.425	1.168	74	5.924	1.077	272	325
d) previdenciário	4.258	2.040	-	730	1.882	-	631	964
<b>Total</b>	<b>5.494</b>	<b>23.102</b>	<b>177.260</b>	<b>6.928</b>	<b>22.795</b>	<b>163.422</b>	<b>6.049</b>	<b>7.180</b>

Consolidado:

Passivo contingente	2011			2010			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	2011	2010
a) cível	166	1.671	2.353	1.065	1.582	2.170	-	55
b) tributário	292	12.590	173.739	5.130	13.407	160.175	5.148	5.839
c) trabalhista	1.070	6.260	1.168	74	5.924	1.077	272	324
d) previdenciário	4.258	1.988	-	730	1.882	-	631	964
<b>Total</b>	<b>5.786</b>	<b>22.509</b>	<b>177.260</b>	<b>6.999</b>	<b>22.795</b>	<b>163.422</b>	<b>6.051</b>	<b>7.182</b>

Cível – A maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributário – Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando têm probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) *Créditos Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido* - A Companhia foi autuada no valor de R\$ 10.528, pela Receita Federal do Brasil referente a não adição na receita bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI.
- b) *Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte* – A Companhia foi autuada no valor atualizado de R\$ 125.249, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- c) *Imposto de Renda e Contribuição Social* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$ 7.088.
- d) *IPI, PIS, COFINS* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$ 14.243.
- e) *Imposto de Importação* – A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$ 7.116. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- f) *IPI* – A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro a setembro de 1997 no valor atualizado de R\$ 4.600. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- g) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 67.
- h) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 1.658.
- i) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2005, ano-base 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$183.
- j) *Imposto de Renda e Contribuição Social* - A companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos – retenção – realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 663.
- k) ICMS – A companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. R\$ 2.143.

Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórias;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

---

<sup>12</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>13</sup> Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidades de fontes de financiamento.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2. Os diretores devem comentar sobre<sup>14 15</sup>:

#### a. resultados das operações do emissor, em especial:

Segue, demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados nas datas de 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 (em IFRS).

	2011	2010	2009
Receita Bruta Total (sem eliminações)	751,2	694,1	595,3
Receita líquida consolidada	545,6	509,5	428,1
Lucro bruto consolidado	138,9	151,1	124,4
Lucro líquido consolidado	44,0	48,4	40,1
Lucro operacional Próprio (EBIT) – Consolidado	42,8	56,1	33,6
EBITDA Consolidado	65,8	77,0	53,3
Endividamento financeiro líquido consolidado	73,0	36,1	19,9
Resultado financeiro líquido (Rec.financeira-desp.financeira)	14,7	6,7	19,7
Despesas administrativas e comerciais consolidadas	(90,2)	(83,6)	(81,3)
Lucro consolidado por ação (em reais)	0,4404	0,4841	0,4011
	Valores em R\$ milhões		

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- (a) Vendas nacionais de materiais de fricção, produtos que são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos, lubrificantes, etc.
- (b) Vendas internacionais de materiais de fricção, produtos que são desenvolvidos e fabricados pela Companhia e tem como principais componentes as seguintes matérias-primas: resinas, borrachas, fibras, abrasivos, lubrificantes, etc.

Estes mesmos componentes se aplicam para os exercícios de 2011, 2010 e 2009.

#### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro bruto consolidado de 2011 oscilou 8,1% comparado ao ano de 2010, fato que reflete a elevação nos custos de produção, decorridos de aumentos de preço em matéria-prima, energia e gastos gerais de fabricação. Também é relevante o fato que não foi possível repassar para algumas referências de produtos a integralidade dos aumentos ocorridos nos preços dos insumos. Durante os nove primeiros meses de 2011 as taxas do dólar foram inferiores ao último trimestre do ano, fato que também refletiu nos resultados operacionais. Da mesma forma, itens não recorrentes, relacionados à implantação do SAP, também influenciaram no desempenho do lucro e das margens.

O lucro líquido consolidado também teve seu desempenho influenciado pelos efeitos citados no lucro bruto, porém, estes efeitos foram parcialmente compensados no resultado final pelo superávit financeiro do exercício, fruto da excelente gestão dos recursos financeiros da Companhia.

2009

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 70,9% da receita líquida consolidada ou R\$ 303,7 milhões no exercício de 2009 contra R\$ 302,6 milhões ao exercício de 2008 e que representou 70,0% da receita líquida. Com isso houve ocorreu um aumento de R\$ 1,1 milhões nos custos dos produtos vendidos em 2009.



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 124,4 milhões no acumulado de 2009 e representou 29,1% da receita líquida consolidada, uma redução de 4,1% em relação a 2008, quando o lucro bruto totalizou R\$ 129,7 milhões ou 30,0% da receita líquida consolidada.

### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2009 totalizaram R\$ 90,7 milhões, representando 21,2% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2008 representou 18,9%, ficando em R\$ 82,0 milhões. Este acréscimo em termos percentuais e valor está relacionado à redução mais do que proporcional na receita no período em virtude dos efeitos da crise, por custos com indenizações trabalhistas que foram necessários para adequar a Companhia ao momento recessivo da economia, e também pelo custo de implementação da unidade industrial da China e pelos resultados da unidade industrial do Alabama.

### 2010

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 70,3% da receita líquida consolidada ou R\$ 358,4 milhões no exercício de 2010 contra R\$ 303,7 milhões ao exercício de 2009 e que representou 70,9% da receita líquida. Com isso houve uma importante redução de R\$ 2,2 milhões nos custos dos produtos vendidos em 2010 proporcionalmente a receita líquida consolidada, fato que foi possível pelos trabalhos focados em melhorias nos processos produtivos.

### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 151,1 milhões no acumulado de 2010 e representou 29,7% da receita líquida consolidada, uma evolução de 0,6 pontos percentuais em relação a 2009, quando o lucro bruto totalizou R\$ 124,4 milhões ou 29,1% da receita líquida consolidada.

### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2010 totalizaram R\$ 95,0 milhões, representando 18,7% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2009 representou 21,1%, ficando em R\$ 90,7 milhões. Esta redução em termos percentuais está relacionado à trabalhos internos focados em redução de custos operacionais e também evolução da receita líquida consolidada.

### 2011

#### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 74,5% da receita líquida consolidada ou R\$ 406,7 milhões no exercício de 2011 contra R\$ 358,4 milhões ao exercício de 2010 e que representou 70,3% da receita líquida. Com isso houve um importante avanço nos custos dos produtos vendidos em 2011 proporcionalmente a receita líquida consolidada, fato que se deve ao aumento da demanda Global e conseqüente pressão por aumentos nos preços de matéria-prima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 138,9 milhões no acumulado de 2011 e representou 25,5% da receita líquida consolidada, Também refletindo o cenário econômico de pressão inflacionária.

### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2011 totalizaram R\$ 96,1 milhões, representando 17,6% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2010 representou 18,7%, ficando em R\$ 95,0 milhões.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

### 2009

Apesar da taxa do dólar médio de 2009 (R\$ 2,00) ter sido superior que a do ano de 2008 (R\$ 1,83), a conversão para reais dos dólares faturados ficou prejudicada em 2009, pois as taxas mais altas ocorreram durante o primeiro semestre do ano, oscilando numa média de R\$ 2,19 por dólar, sendo que foi nesse período que os volumes de vendas reduziram, por consequência da crise. Além disso, as exportações em dólar apresentaram queda em 2009, comparadas ao ano passado, também por consequência da crise.

### 2010

Mesmo com um dólar médio de R\$ 1,76 em 2010, o qual foi 13,1% inferior aos R\$ 1,99 de 2009, o faturamento em reais no mercado externo apresentou uma considerável evolução, totalizando R\$ 227,2 milhões em 2010, valor 25,1% superior ao ano de 2009 e 27,3% maior que 2008. Este fato se deve, principalmente pelo aumento nos volumes vendidos no mercado externo.

### 2011

No mercado externo, mesmo com as taxas do dólar menores nos primeiros três trimestres do ano, o faturamento em reais apresentou uma considerável evolução, totalizando em 2011 o montante de R\$ 249,9 milhões, valor 10,0% superior ao ano de 2010 e 37,6% maior que 2009. Do total de receitas no mercado externo em 2011, a importância de R\$ 58,6 milhões se refere a receitas geradas pelas controladas da Fras-le no exterior.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

### 2009

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 53,3 milhões ou 12,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2008 registrou R\$ 67,3 milhões ou 15,6% sobre a receita líquida. As margens e valor apresentaram queda em virtude de todos os efeitos citados anteriormente, nos outros indicadores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou o ano anterior em R\$ 15,4 milhões, aumentou para R\$ 19,9 milhões no final de dezembro de 2009, o equivalente a 4,5 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações, ocorreu no período a contratação de um novo e expressivo financiamento no montante de R\$ 48,6 milhões junto ao BNDES/Banco do Brasil. Em contrapartida houve um aumento nas disponibilidades, o que praticamente anulou o efeito desse financiamento.

### Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 12,9 milhões negativos em 2008, para R\$ 19,7 milhões positivos em 2009. Este fato foi possível devido aos novos patamares nas taxas do dólar, que reverteu o efeito negativo sofrido nas operações de NDF no último trimestre de 2008.

### 2010

#### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 77,0 milhões ou 15,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2009 registrou R\$ 53,3 milhões ou 12,5% sobre a receita líquida. A margem apresentou uma pequena queda em virtude de reajustes de preços em algumas *commodities* terem sido superior a meta prevista.

### Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2009 em R\$ 19,9 milhões, aumentou para R\$ 36,1 milhões no final de dezembro de 2010, o equivalente a 5,6 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações, ocorreu no período a contratação de um novo e expressivo financiamento no montante de R\$ 56,0 milhões junto ao Banco Santander/EXIM.

### Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) que em 2009 havia encerrado positivo em R\$ 19,7 milhões, encerrou o exercício de 2010 em R\$ 6,7 milhões, também positivo.

### 2011

#### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 65,8 milhões ou 12,1% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2010 registrou R\$ 77,0 milhões ou 15,1% sobre a receita líquida. A oscilação nas margens também reflete o aumento da demanda Global e pressão por aumentos nos preços dos insumos, com o conseqüente aumento dos custos operacionais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2010 em R\$ 36,1 milhões, chegou a R\$ 73,0 milhões no final de dezembro de 2011, o equivalente a 13 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações de R\$ 127,2 milhões em 2011, ocorreu no período a contratação de um novo financiamento no montante de R\$ 24,3 milhões junto ao Banco Santander/EXIM, R\$ 50,0 milhões com BNDES/EXIM, além de R\$ 44,1 milhões em contratações de ACC's.

### Resultado Financeiro líquido

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) que em 2010 havia encerrado positivo em R\$ 6,7 milhões, encerrou o exercício de 2011 em R\$ 14,7 milhões, também positivo.

---

<sup>14</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>15</sup> Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidades de fontes de financiamento.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3.** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2008

Teve início a constituição da unidade industrial na China, sendo que ocorreram a contabilização de despesas pré-operacionais em decorrência.

Durante o segundo semestre de 2008 foi adquirida a unidade industrial do Alabama, nos Estados Unidos, a qual passou por uma reestruturação, impactando em custos. Outro fator que impactou no resultado foi a retração econômica da indústria automobilística norte-americana, gerando forte retração nas vendas da unidade do Alabama, ociosidade operacional e, consequentemente, impactando nos custos operacionais.

2009

No decorrer do exercício de 2009 o desempenho da Fras-le também foi impactado pela consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

2010

Já em fase operacional desde julho de 2009, a unidade industrial da China passou durante o exercício de 2010 pela primeira expansão, com acréscimo de área e máquinas, sendo que praticamente duplicou a sua capacidade produtiva.

2011

No final de 2011 a Fras-le informou ao mercado a aquisição da Freios Controil Ltda, localizada em São Leopoldo, na Grande Porto Alegre (RS), que atua na fabricação de autopeças, componentes para freios e soluções para polímeros automotivos. O valor da transação foi de R\$ 10 milhões, onde a Fras-le ainda assumiu a integralidade da dívida da Controil, de aproximadamente R\$ 49 milhões. Com a aquisição, a Fras-le ampliou e diversificou o seu portfólio de componentes para freios, além de agregar soluções para polímeros automotivos. A Fras-le assumiu efetivamente o controle e gestão da empresa em janeiro de 2012.

- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4. Os diretores devem comentar<sup>16</sup>:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

**Adoção inicial da Lei nº 11.638/07**

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008.

**a) Controladora (R\$ mil)**

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>192.411</u>	<u>2.978</u>	<u>195.389</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.800	-	91.800
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
<b>Resumo dos ajustes</b>			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases***b) Consolidado(R\$ mil)*

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	<u>191.790</u>	<u>2.978</u>	<u>194.768</u>
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.179	-	91.179
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
<b>Resumo dos ajustes</b>			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes naquela data (BRGAAP antigo), foram apresentadas para fins de comparação e contemplam os ajustes necessários para estarem de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações individuais e consolidadas, a data de transição foi considerada como sendo 1º de janeiro de 2009, sendo esta data para mensuração inicial e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2010 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 – em R\$ mil.

	<b>Controladora 2008</b>	<b>Consolidado 2008</b>
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	26.856	25.522
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Medida Provisória nº 449/08	2.978	2.978
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(321)	(321)
Despesa de depreciação de bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro	187	187
Despesas financeiras decorrentes de contratos de arrendamento financeiro	10	10
Reversão despesas de leasing	(344)	(344)
Ajustes a valor presente de contas a receber e contas a pagar		
Receita financeira	(7.732)	(7.732)
Receita de vendas	8.585	8.585
Despesa financeira	3.045	3.045
Custo dos produtos vendidos	(3.166)	(3.166)
Ajustes acumulados de conversão	1.991	1.991
Diferenças temporárias de IR e CSLL	(90)	(90)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	31.999	30.665
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória No 449/08	5.143	5.143
	<b>2008 Controladora</b>	<b>2008 Consolidado</b>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	210.079	208.125
Ajustes na data da transição reconhecidos em		
Lucros acumulados	(2.978)	(2.978)
Ajustes acumulados de conversão	(1.991)	(1.991)
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	5.143	5.143
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	210.253	208.299

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1 de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs e IFRS. Esta seção, explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS, e. foram preparadas em conformidade com o CPC 37 e 43 e com o IFRS1.

A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.



## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação de certas informações contidas nas informações trimestrais (ITRs), de 2010 apresentadas anteriormente, e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou algumas isenções opcionais e algumas exceções de aplicação retrospectiva.

### Exceções de aplicação retrospectiva

#### Estimativas

As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

#### Isenções adotadas

##### *Custo atribuído:*

A Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado (terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos) ao valor justo na data base de 1º de janeiro de 2009. O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 244.303, um aumento de R\$92.941, registrado no ativo imobilizado em contra partida no patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Os efeitos decorrentes da adoção do valor justo para alguns ativos imobilizados, em 1º de janeiro de 2009, foram:

	1/1/2009 publicado	Ajuste do custo atribuído	1/1/2009 reapresentado
Terrenos	1.080	22.625	23.705
Prédios e benfeitorias	43.719	25.071	68.790
Maquinas e equipamentos	226.744	45.245	271.989
Outros imobilizados	39.395	-	39.395
Total	310.938	92.941	403.879

##### *Benefício a empregados:*

De acordo com as avaliações da Companhia, foi aplicada a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrados os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição foram reconhecidos via outros resultados abrangentes. Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, não existem ativos e passivos a serem reconhecidos na data de transição.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziram impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (emenda) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (emenda) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (emenda) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (emenda) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (emenda) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 1 (emenda) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 – Contratos de concessão;
- IFRIC 13 – Programa de fidelização de clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 – Transferência de ativos de clientes;
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

### **Pronunciamentos do IFRS revisados**

O Conselho do IASB emitiu um conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Abaixo destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data do balanço. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destas novas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia:

- *IFRS 3 Combinações de Negócios*: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição. As emendas ao IFRS 3 entram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011.
- *IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras*: Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

### **Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 2011**

- *IAS 12 Imposto de Renda - Recuperação dos Ativos Subjacentes*: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas: O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

No exercício de 2011 foram adotados todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2011, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com todas as práticas ou normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

### c. ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

---

<sup>16</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5.** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são descritas conforme segue:

### Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Fras-le S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

### Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### Dividendos

A receita com dividendos é reconhecida quando o direito de recebê-lo está estabelecido.

### **Caixa e equivalente de caixa**

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

### **Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as estimativas de custos de conclusão e os necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

### Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação. A Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	<b>Intervalo de vida útil</b>
Edificações	12 a 59 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 45 anos
Moldes	2 a 12 anos
Veículos	3 a 9 anos
Móveis e utensílios	2 a 25 anos
Equipamentos de informática	1 a 8 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

### **Ativos intangíveis**

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Tributação

#### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 15%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados dedutivamente do custo dos produtos vendidos.

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

### **Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

### **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras

### **Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

### **Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### Reconhecimento inicial e mensuração

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esse ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

#### *Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, em contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A partir de 2010 a Companhia passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de Hedge de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

**Informação por segmento**

As informações por segmento operacional são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Fras-le, através da estrutura de Auditoria Interna da controladora Randon SA Implementos e Participações, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de controles internos e *compliance* na Randon é efetiva, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente é relacionado o seguinte:

No parecer dos auditores independentes emitido sem ressalvas para as demonstrações financeiras da Fras-le encerradas em 31 de dezembro de 2011 está por eles relatados o seguinte: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fras-le S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Fras-le S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7.** Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários comentar<sup>17</sup>:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

---

<sup>17</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**10.8.** Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando<sup>18</sup>:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial:
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

---

<sup>18</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9.** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.